



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PETIÇÃO Nº 14413 - PR (2021/0216209-5)

**RELATOR** : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK  
**REQUERENTE** : JEFERSON EDUARDO BORSATO  
**ADVOGADOS** : LUIS GUSTAVO BARRETO FERRAZ - PR035450  
SILVIO MARCOS DE AQUINO ANTUNES - PR048885  
**REQUERIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

### DECISÃO

Cuida-se de petição apresentada por JEFERSON EDUARDO BORSATO em que requer a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial interposto contra acórdão da Terceira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul assim ementado (fl. 62):

RECURSOS EM SENTIDO ESTRITO – IMPRONÚNCIA – DECISÃO QUE DESCLASSIFICOU HOMICÍDIOS QUALIFICADOS PRATICADOS COM DOLO EVENTUAL NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR PARA HOMICÍDIOS CULPOSOS –IRRESIGNAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO OBJETIVANDO A PRONÚNCIA DO RÉU PELOS CRIMES CONFORME CAPITULADO NA DENÚNCIA –INCLUÍDAS AS QUALIFICADORAS DO MOTIVO TORPE E USO DE RECURSO QUE DIFICULTOU AS DEFESAS DAS VÍTIMAS –INDÍCIOS SUFICIENTES DE QUE O ACUSADO ASSUMIU O RISCO DE PRODUZIR AS MORTES –VALORAÇÃO DO ÂNIMO DO AGENTE QUE COMPETE AO CONSELHO DE SENTENÇA –QUESTÃO A SER ANALISADA PELO TRIBUNAL DO JÚRI –DECISÃO REFORMADA –RECURSOS PROVIDOS.

Interposto recurso especial, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, o recorrente sustenta violação do art. 302, CTB, art. 18, I, CP e art. 74, § 1º, CPP, ao argumento de que o apontamento de *animus necandi* sem suporte fático-probatório ofende a regra geral de que, para os crimes de trânsito, o apenamento deve ser na modalidade culposa. Suscita divergência jurisprudencial.

Contrarrazões apresentadas às fls. 388-392.

O recurso especial foi admitido às fls. 284-285, porém os autos ainda não ascenderam a esta Corte Superior, uma vez que baixados para a Vara do Tribunal do Júri do Foro Regional de Campo Largo/PR para que seja retomada a tramitação do feito na fase do *judicium causae*, conforme decisão de fls. 292-294.

Nesta petição, foi requerida a concessão de efeito suspensivo ao reclamo, diante do grave constrangimento por estar sendo processado, prestes a ser submetido a julgamento popular, a partir de uma decisão nula. Faz-se necessária a concessão da medida liminar visando suspender o processo/realização da sessão de julgamento pelo júri popular até que se julgue o mérito da presente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Inicialmente, defiro o pedido de justiça gratuita.

No mais, não se antevê, no presente juízo de cognição sumária, a presença concomitante dos requisitos necessários à concessão da medida cautelar.

Assinala-se que a concessão de efeito suspensivo a recurso especial e a agravo em recurso especial, bem como aos recursos interpostos internamente perante esta Corte, demanda a demonstração inequívoca do *periculum in mora*, evidenciado pela urgência da prestação jurisdicional a fim de evitar dano de difícil ou incerta reparação, e do *fumus boni iuris*, consistente na probabilidade do direito alegado, capaz de denotar a possibilidade de êxito do recurso especial.

Tal o quadro delineado, ao menos em juízo perfunctório, não obstante até possa se visualizar alguma plausibilidade do direito do recorrente, revela-se inexistente o perigo na demora, pois o requerente não trouxe nenhum ato concreto que poderia vir a causar dano irreparável ou de difícil reparação.

Nesse sentido, cito precedente:

AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. EFEITO SUSPENSIVO A RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE, DESDE QUE DEMONSTRADOS O FUMUS BONI IURIS E O PERICULUM IN MORA. POSSIBILIDADE DE ÊXITO RECURSAL. AUSÊNCIA. PANDEMIA. COVID19. IGUALDADE ENTRE AS PARTES. PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA INDEFERIDO.

1. Em hipóteses excepcionais, é possível a atribuição de efeito suspensivo a recurso especial, para tanto, porém, é necessária a demonstração do *periculum in mora* e a caracterização do *fumus boni iuris*.

2. A influência cruel e inclemente da pandemia do COVID19 não deve ser considerada somente à luz da pretensão da agravante. Art. 7º do CPC/15. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no TP n. 2708/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 22/6/2020, DJe de 25/6/2020.)

Ausentes, pois, os requisitos necessários à concessão da presente medida de urgência.

Ante o exposto, indefiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente